

## Coluna do Castello

### Quando há fatos insuperáveis

O deputado Ulysses Guimarães deve ter dito que o presidente José Sarney blefava quando aludia à possibilidade de golpe, caso não lhe dessem o mandato de cinco anos. Foi publicado e ele não desmentiu. Isso não importa em que o presidente Sarney tenha dito ao presidente da Constituinte que havia tal ameaça. Tudo deverá ter se passado na transa de conversas mal ouvidas ou mal interpretadas. O que há a respeito não é blefe do presidente nem ameaça de golpe. Há o que o ministro Thales Ramalho, segundo o deputado Fernando Lyra pressentiu, previa: a preferência dos chefes militares não propriamente pelo mandato mas por eleição depois de 1988, a não ser, como disse o general Leônidas Pires Gonçalves, que essa eleição seja geral, abrangendo também Câmara e Senado.

Na reunião de hoje com as lideranças do PMDB, o sr. Ulysses Guimarães, que tem em suas mãos o poder de dirimir a controvérsia na Constituinte pela devoção de pelo menos 50 parlamentares, não poderá deixar de examinar a declaração do brigadeiro Moreira Lima, feita em nome dos ministros militares — Exército, Marinha, Aeronáutica, Emfa, Gabinete Militar e SNI —, de que é “fundamental, para assegurar a tranquilidade do país”, não realizar eleição em 1988. Os chefes das Forças Armadas estão certos de que a antecipação do pleito afeta a estabilidade do governo e a governabilidade da nação, pois com isso se “precipitariam problemas e se agravariam outros”. Estamos no terreno das “dificuldades insuperáveis” e, certamente, se o juízo dos militares não é em princípio melhor do que o dos civis, o pressuposto da história política do país é que suas avaliações habitualmente pesam mais do que as das lideranças civis. A última experiência de manifestação de autonomia e independência da representação política civil ocorreu em 1968, em pleno regime militar, com as consequências conhecidas.

Essa lembrança não está registrada como ameaça de golpe mas como potencial expressão do excessivo poder que o pensamento dos militares tem conseguido na hora de solução das crises. É claro que a situação atual não se equipara à de 1968, quando a dinâmica do movimento militar era ainda incontrolável, se bem que o falecido marechal Costa e Silva tenha se empenhado em manter-se fiel à Constituição de 1967 e assegurado relativa liberdade de imprensa e de decisão do Congresso. Para ele foi um sofrimento insuportável ter de baixar o Ato



5, e não há dúvida de que seu coração sucumbiu à tortura das reuniões do Conselho de Segurança Nacional para cassar mandatos e suspender direitos políticos. “Hoje é dia de cassação”, costumava queixar-se desde que amanhecia o dia de convocação de uma daquelas reuniões.

É claro que o poder de intervenção dos militares está tecnicamente afastado neste momento pelo compromisso expresso dos chefes militares com a ordem democrática, o que não os paralisou no desejo de manifestar sua opinião sobre questões políticas em andamento que poderão interferir na tranquilidade do país e na sua governabilidade. Se a Constituinte decidir o contrário, isto é, votar pelo mandato de quatro anos, não se prevê que venha em seguida um ato institucional ou algo desse tipo, até mesmo por se pressentir que os quartéis se dividiriam ante propostas semelhantes. E os ministros militares liberalizaram no que se refere ao sistema de governo, pois pela primeira vez na história republicana declararam-se divididos quanto a parlamentarismo ou presidencialismo. A Constituinte pode escolher, pois pelo menos aí o poder militar não está unido...

O conselho dos ministros que respondem pelas Forças Armadas pode ser traduzido, conciliatoriamente, numa tendência, que seria já há algum tempo a do próprio deputado Ulysses Guimarães, como se sabe amigo pessoal e *host* habitual dos militares fardados, alguns deles já habituados ao sabor da *poire*. Essa tendência é a do mandato de cinco anos com parlamentarismo, ao que parece a ser implantado pós-Sarney, a quem os militares querem ver no governo enquanto se ajustam as instituições à nova Constituição e enquanto se cumprem os acordos internacionais em torno da dívida externa, pendentes, segundo alegam, da estabilidade do governo. A próxima mudança de governo poderia bloquear a assinatura dos acordos. Esse seria, aliás, o desejo da esquerda. Mas essa é outra questão.

Somados todos esses dados, preferência dos militares, tendência conciliatória do sr. Ulysses Guimarães, aceitação pelo presidente de qualquer solução, poder de decisão confiado ao presidente da Constituinte, vai se tornando previsível, portanto, o parlamentarismo pós-Sarney com mandato de cinco anos.